

APROPRIAÇÕES INTERNACIONAIS PARA A CONSTITUIÇÃO DO CAMPO DA INFORMAÇÃO NO BRASIL E DA IDENTIDADE DA ARQUIVOLOGIA

Angelica Alves da Cunha Marques¹
angelicacunha@unb.br

Resumo

Apresenta informações históricas sobre apropriações internacionais em torno da organização, comunicação e recuperação da informação, entre a França, os Estados Unidos e o Brasil. Uma viagem do arquivista francês Yves-Pérotin aos Estados Unidos e sua publicação acerca da teoria das três idades, na década de 1960; a vinda de especialistas franceses ao Brasil, assim como a visita de Schellenberg, no mesmo período, nos indicam elementos históricos para a constituição do campo da informação no cenário brasileiro. Por nós compreendido como um campo científico (à luz de Bourdieu) e profissional, que abriga disciplinas que têm por objeto a gênese, organização, comunicação e disponibilização da informação, o campo da informação abriga as trajetórias da Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia, Documentação e, mais recentemente, da Ciência da Informação, no Brasil, como disciplinas simultaneamente parceiras, cooperativas, conflitantes, que conjugam aspectos comuns e singulares em torno da informação e do documento. Ainda que a Arquivologia esteja como uma subárea da Ciência da Informação na Tabela de Áreas do Conhecimento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, desde os anos 1980, refutamos tal subordinação e defendemos a sua autonomia científica, especialmente ao considerarmos a sua precedência histórica em relação à Ciência da Informação. Segundo a literatura arquivística, a disciplina tem suas raízes no século 16. A Ciência da Informação, por sua vez, é anunciada como tal na década de 1950. Nesse sentido, entendemos que as relações entre essas disciplinas refletem multifatores que as perpassam e não deveriam comprometer a sua identidade, mas reforçá-la. Dentre esses fatores, podemos citar a informação, como um dos componentes do documento de arquivo (mas não o principal); os vínculos acadêmico-institucionais dos cursos de Arquivologia a unidades administrativas de Ciência da Informação e a titulação de professores de Arquivologia em mestrados e doutorados dessa área, que parecem favorecer o trânsito de docentes e discentes entre as duas disciplinas (nem sempre de forma crítica e reflexiva). Além disso, há que se levar em conta a expressiva produção científica sobre arquivos e Arquivologia em programas de pós-graduação *stricto sensu* em Ciência da Informação. Diante da inexistência de outrora e da escassez atual de cursos de mestrado e doutorado em Arquivologia, grande parte das pesquisas com essas temáticas ocorrem em programas de pós-graduação em Ciência da Informação, provavelmente pelas razões já mencionadas. Em uma perspectiva distante do isolamento, observamos a autonomia (relativa) da Arquivologia, considerando as suas parcerias com outras disciplinas e áreas do conhecimento. Que a informação, em seu sentido *lato*, seja ela; que a organicidade seja priorizada na identidade arquivística (do arquivista, da Arquivologia e do seu objeto de estudo, os arquivos).

Palavras-chave: Arquivologia. Arquivos. Campo da informação. Informação. Ciência da Informação.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A escassez de estudos brasileiros sobre as relações teórico-epistemológicas entre a informação e os arquivos parece alinhar-se às reflexões de Fonseca (2004) acerca das interfaces entre a Ciência da Informação e a Arquivologia no Brasil. A estudiosa afirma que as suas relações interdisciplinares ainda não fazem parte da nossa realidade, que aponta para uma pequena interseção entre elas.

Em um cenário mais amplo e plural, há concepções diversas a respeito e, a título de exemplo, podemos citar autores das duas áreas que: a) reconhecem claramente essas relações, ainda que em graus variados (JARDIM; FONSECA, 1995; SILVA, 1996; MARQUES, 2007; ARAÚJO, 2010); b) contemplam a Arquivologia no escopo da Ciência da Informação (PINHEIRO, 1999; SILVA et al. 1999); e c) ignoram a primeira em relação à segunda (LE COADIC, 1996).

Dos matizes dessas diferentes visões, chamamos a atenção para as apropriações acríticas, permeadas pela naturalização e banalização das relações interdisciplinares entre a Arquivologia e a Ciência da Informação, a partir da informação que corresponde ao conteúdo dos documentos de arquivo e ao objeto de estudo desta última, considerando-se a origem, a coleta, a organização, a estocagem, a recuperação, a interpretação, a transmissão, a transformação e os usos da informação, como prescreve Borko (1968).

Esta comunicação decorre de uma pesquisa sobre os percursos da Arquivologia no Brasil, em meio aos seus diálogos com as práticas e os pensamentos arquivísticos internacionais e com as disciplinas que lhe são próximas no seu delineamento epistemológico (MARQUES, 2007; 2011). Nessa perspectiva, propõe apresentar informações históricas sobre apropriações internacionais em torno da organização, comunicação e recuperação da informação, entre a França, os Estados Unidos e o Brasil – via *records management* e teoria das três idades (SCHELLENBERG, 1974) –, a fim

de subsidiar reflexões sobre a constituição do campo da informação no Brasil e da identidade da Arquivologia como disciplina científica.

2 INTERFACES DA ARQUIVOLOGIA COM A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Ao longo da história, a Arquivologia teve relações diversas com diferentes disciplinas, em razão das múltiplas visões sobre o seu objeto de estudo, os documentos de arquivo (SCHMIDT, 2012). Já na Antiguidade, os documentos (tabuinhas de argila) eram reconhecidos por seus valores informativo e jurídico. Relatam-se preocupações com a autenticação dos documentos por instituição oficial, bem como com a sua manutenção e publicidade (SILVA et al., 1999).

No Medievo, o papel dos arquivos é revitalizado, de forma que os documentos passam a ser conservados para além da sua perspectiva jurídica e patrimonial. Os arquivos passam a servir aos interesses da História; os valores político e administrativo dos documentos são reconhecidos, em um contexto em que os arquivos passam a servir, também, aos interesses da Administração (SILVA et al., 1999).

No cenário do Renascimento e do Humanismo, intensifica-se a procura dos arquivos em função do valor secundário dos documentos (o que continua no século 17) e, concomitantemente, se reconhece a sua origem administrativa. Nesse período, verifica-se a concepção jurídica dos serviços de arquivo e se delinea a noção de arquivo como fonte de informação, inclusive sobre o passado (SILVA et al., 1999; MARQUES, 2011).

No período seguinte, do Iluminismo, os valores primários e secundários são diferenciados, para que os arquivos pudessem servir tanto a Administração quanto a História. No século 19, tendo em vista os interesses desta última, a Arquivologia se aproxima da Diplomática para a análise histórica dos documentos. Os questionamentos da proximidade entre a Arquivologia e a História são embalados pelo tecnicismo que marca as práticas arquivísticas ao longo do século 20 (SILVA et al., 1999). Nesse período, explicitam-se diferentes concepções da Arquivologia e do seu objeto: mais próxima da Histórica; um conjunto de técnicas para recuperar documentos; uma (das) Ciência(s) da Informação (BRITTO, 1995). Evidenciam-se as preocupações com a

seleção, avaliação, preservação e recuperação (acesso) aos documentos, em decorrência do *records management* propalado pelos Estados Unidos a partir do Pós-Guerra e com repercussões práticas e teóricas até a atualidade. Internacionalmente, intensificam-se as relações (heterogêneas) entre a Arquivologia e Ciência da Informação, anunciada como tal na segunda metade desse século (MARQUES, 2011). Diante da importância da transparência dos arquivos como provas de ação (DURANTI, 1994), a Arquivologia adentra o século 21 mais interpretativa do contexto funcional de produção e acumulação dos documentos, redesenhando o conceito de arquivo de forma crítica, conforme as demandas e discursos vigentes nos diversos países (MARQUES, 2011).

No Brasil, o Arquivo Nacional protagoniza a história da disciplina até os anos 1970 – com evidentes inspirações francesas em torno da valorização dos arquivos históricos (MARQUES; RODRIGUES; NOUGARET, 2018) –, quando é criada a primeira associação profissional, a Associação dos Arquivistas Brasileiros (1971), que passa a proativamente compor essa história (GOMES, 2011; SILVA, 2013).

Nos anos 1980, a Arquivologia é classificada como uma subárea da área Ciência da Informação, na Tabela de Áreas do Conhecimento (TAC) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Quando da sua criação, a instituição já começou a estruturar a base do instrumento para a classificação das áreas do conhecimento, tendo em vista o fomento à pesquisa. A TAC foi, então, vislumbrada, concebida e atualizada conforme as demandas de incorporação de áreas inicialmente não contempladas (ROMANI, 1982). Ao reconhecer alguns setores como áreas do conhecimento a partir de 1951, o CNPq publica três tabelas (1976, 1978 e 1984), revisadas nas décadas seguintes.

Na primeira, a Arquivologia não foi mencionada e a Ciência da Informação foi classificada como uma subárea da Comunicação. Na segunda, “Ciência da Informação, Biblioteconomia e Arquivologia” denominaram uma área, dentro da qual “Organização de Arquivos” foi entendida como especialidade da subárea “Tratamento da Informação”. Na terceira, a Arquivologia foi inserida como uma subárea da área Ciência da Informação, no âmbito da Grande Área “Ciências Sociais Aplicadas” (CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, 1978; 1984).

Três décadas depois (em 2005), houve uma proposta de revisão da última TAC, na qual a Ciência da Informação e a Arquivologia seriam duas áreas distintas, na Grande Área “Ciências Socialmente Aplicáveis”. Sobre a Arquivologia, ela teria quatro subáreas: Fundamentos de Arquivologia; Gestão Arquivística; Métodos Arquivísticos; e Arquivologia Especializada. Esta proposta de revisão não se concretizou (SOUZA, 2004; 2005; 2006; 2008; SOUZA; STUMPF, 2009; MARQUES, 2016).

A concepção político-institucional da Arquivologia no âmbito da Ciência da Informação parece ter repercutido nos vínculos acadêmicos dos cursos de Arquivologia: nove dos 16 cursos de graduação presenciais, hoje, estão vinculados a um departamento, faculdade ou instituto de Ciência da Informação². Esse cenário, por sua vez, parece favorecer a titulação de grande parte dos docentes desses cursos em programas de pós-graduação *stricto sensu* em Ciência da Informação, que, por vezes, compartilham o mesmo espaço da graduação em Arquivologia (MARQUES, 2007).

A convergência desses fatores parece favorecer uma significativa produção de teses, dissertações e trabalhos de conclusão de cursos (TCCs) sobre os arquivos e a Arquivologia em doutorados, mestrados acadêmicos e mestrados profissionais em Ciência da Informação, respectivamente. Em nossos estudos, observamos uma produção científica arquivística crescente (MARQUES 2007; 2011; 2018a; 2020), majoritariamente nos programas de Ciência da Informação. No último levantamento, identificamos 661 teses, dissertações e TCCs, produzidos entre 1972 e 2018, em 72 instituições e em 86 programas de pós-graduação. Dessas pesquisas, 44,48% foram defendidas em cursos de Ciência da Informação.

O concerto desses fatores demonstra os diálogos da Arquivologia com outras disciplinas, profícuos no seu percurso histórico-epistemológico e na definição da sua identidade. Em fronteiras entreabertas, a disciplina se constitui no Brasil, aproximando-se da Ciência da Informação nos últimos anos numa perspectiva mais político-institucional do que teórica (MARQUES, 2007).

Das apropriações acríticas recorrentes sobre essa aproximação (e até mesmo sobre a inserção da Arquivologia na Ciência da Informação), decorre a naturalização e a banalização das suas relações “interdisciplinares”. Nessa perspectiva, a informação – que corresponde ao conteúdo dos documentos de arquivo, objeto de estudo da

Arquivologia (SCHMIDT, 2012), e ao objeto da Ciência da Informação (BORKO, 1968) – seria suficiente para justificá-la.

Resta-nos investigar os precedentes históricos dessa configuração atual da Arquivologia no campo da informação, no Brasil.

3 BREVE HISTÓRICO DAS APROPRIAÇÕES INTERNACIONAIS

Ao estudarmos a trajetória da Arquivologia no cenário brasileiro, notamos a presença de franceses, das suas ideias e contribuições (MARQUES, 2007; 2011; MARQUES; OLIVEIRA, 2018). Nesta comunicação, nosso propósito é destacar as apropriações francesas do *records management* – oriundo do cenário estadunidense Pós-Guerra e cuja tradução livre para o português corresponde à gestão de documentos – disseminadas no Brasil a partir das suas relações de cooperação com a França, na esfera dos arquivos. Certamente, as repercussões dessas ideias influenciariam na configuração da Arquivologia no campo da informação, hoje.

O arquivista francês Yves-Pérotin³ viajou para os Estados Unidos, em outubro de 1961, e estudou o histórico estadunidense de busca por controle da destruição de documentos inúteis, pelo Estado, e identificou que os marcos históricos remetiam aos trabalhos de comitês e comissões instituídos desde o século 19; à criação do *National Archives* (1934) e à sua pela transformação em *National Archives and Records Service* (NARS), em 1949; à legislação (a partir da década de 1940, em especial a *Federal records act*, que em 1950 define legalmente o *records management*); às necessidades de gestão documental subsequentes à Segunda Guerra, que demandaram os depósitos intermediários como solução para o arquivamento dos documentos de guarda temporária (PÉROTIN, 1962; NATIONAL ARCHIVES, 2021).

Nesse contexto, buscava-se o controle imediato da produção documental, a racionalização das eliminações, a conservação econômica e centralizada dos documentos desprovidos de valor histórico. Os norte-americanos voltaram-se, então, à eliminação, ao objetivarem racionalizar o sistema de conservação, ao estabelecerem tabelas de temporalidade para os documentos produzidos e acumulados. Pérotin enfatiza as vantagens dessa conduta, ao relacioná-las ao reconhecimento da

responsabilidade dos agentes administrativos sobre gestão dos seus documentos, em conexão com os serviços de arquivo; à produção, classificação e eliminação de documentos tendo em vista uma organização racional; à instituição de depósitos intermediários para a conservação dos documentos advindos das administrações e que não tivessem mais utilidade imediata; à distinção entre *records* e *archives*, respeitando-se as suas particularidades (PÉROTIN, 1962).

O arquivista francês chegou a traduzir, para o francês, os verbetes de *record*, *records* e *records management* do *Glossary of records terminology*⁴ e a redigir um pequeno arquivo sobre a administração e as três idades dos arquivos, que o intitularam (PÉROTIN, 1961). A partir da sua missão nos Estados Unidos, levantou questionamentos sobre a aplicabilidade da experiência norte-americana no seu país, mais especificamente em sua cidade, recomendando um diagnóstico dos arquivos franceses.

Na mesma época, especialistas da área começaram a vir ao Brasil, a exemplo do norte-americano Theodore Roosevelt Schellenberg, vice-diretor do *National Archives*. Em sua visita, Schellenberg visitou instituições arquivísticas; ministrou palestras sobre temáticas de sua especialidade; recomendou o estabelecimento de uma política de arquivos, definindo a posição do Arquivo Nacional na estrutura governamental, tendo em vista a defesa e administração dos documentos públicos e da criação de um programa de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal (MARQUES, 2011; SCHELLENBERG, 2015).

Nesta comunicação, realçamos as missões técnicas de especialistas franceses no Brasil, sobretudo aquelas promovidas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). A primeira visita que merece destaque é a de Henri Boullier de Branche, que esteve no Brasil entre 1959 e 1960⁵. A convite do Arquivo Nacional do Brasil, ele ministrou cursos, colaborou na identificação, organização e descrição de fundos custodiados pela instituição. Ao final de sua estada, elaborou um relatório (BOULLIER DE BRANCHE, 1975), no qual, dentre outras recomendações, assinalou a oferta de um curso regular para a formação de arquivistas no Brasil, o que, no mesmo ano, culminou na criação do Curso Permanente de Arquivos (CPA), inaugurando o ensino superior de Arquivologia no país (MARQUES, 2021).

Há que se destacar, também as quatro visitas técnicas de Michel Duchein⁶ ao Brasil (1978, 1979, 1982 e 1987). Conforme os documentos aos quais tivemos acesso e a sua própria narrativa, Duchein colaborou nos estudos que objetivavam: a adequação dos espaços para os arquivos; a organização dos documentos de arquivo (inclusive dos administrativos); a formação de pessoal habilitado para atuar nos arquivos; a organização da carreira de pessoal do Arquivo Nacional; a legislação sobre as responsabilidades do Arquivo Nacional com os arquivos produzidos e acumulados pelas instituições de todos os poderes; a recomendação de um “sistema arquivístico nacional”. (MARQUES, 2011; MARQUES, 2018b; MARQUES; OLIVEIRA, 2018).

No ano seguinte à sua última visita, a Revista *Acervo*, da mesma instituição, publica um artigo de autoria do arquivista francês em que ele apresenta reflexões acerca do “Passado, presente e futuro do Arquivo Nacional do Brasil”, título da publicação (DUCHEIN, 1988). Ele cautelosamente aborda a “modernização” do Arquivo Nacional, considerando que

Os responsáveis pelo Arquivo Nacional encontram-se enraizados na história brasileira, da qual são guardiães vigilantes. Mas eles sabem que não se pode conceber o mundo hoje como territórios fechados. A arquivologia tornou-se uma ciência de fato, que evolui rapidamente em todos os países, e a cooperação internacional é vital para assegurar seu futuro (DUCHEIN, 1988, p. 97).

Charles Kecskeméti – diretor da secretaria do *International Council on Archives* (ICA) entre 1962 e 1998 – visitou o Brasil em 1981 e 1982, a partir da sua profícua interlocução com a diretora do Arquivo Nacional do Brasil à época, Celina Vargas do Amaral Peixoto Moreira Franco. Do seu olhar atento ao cenário institucional dos arquivos e do ensino da Arquivologia no país, decorreram recomendações que foram ao encontro daquelas de Boullier de Branche. Já no programa de trabalho de Kecskeméti para a consecução da missão no Brasil, havia uma parte dedicada ao estudo de organização e funcionamento do Arquivo Nacional, tendo em vista a proposição de soluções para a sua modernização, que se concretizou no mesmo ano da sua primeira visita (HEYNEMANN, 2009). Anos depois, ele publica um artigo sobre a sua visita à instituição, no qual pondera que

Quanto à cooperação internacional, a política de modernização soube evitar obstáculos e entraves, tais como o enganoso e prejudicial conflito entre o ‘bilateral’ e o ‘internacional’. Ao privilegiar o relacionamento e as consultas à UNESCO e ao Conselho Internacional de Arquivos, o Brasil teve a oportunidade de entrar em contato com os melhores especialistas de diferentes atribuições técnicas (construção de edifícios, informática etc) e de traçar as linhas de cooperação direta com um grande número de países (República Federal da Alemanha, Canadá, Espanha, E.U.A, França, Índia etc.). Graças a esses múltiplos fatores, a nova arquivística brasileira – inovadora e ambiciosa – tornou-se ‘exportável’, apta a servir e a estimular um esforço continental destinado a pôr fim à ‘síndrome dos arquivos nominais’ na América Latina. (KECSKEMÉTI, 1988, p. 8-9).

Em nossa pesquisa, identificamos contribuições – não menos importantes – de outros especialistas franceses para os arquivos e a Arquivologia brasileira. Nos limites desta comunicação, nos detivemos nesses três nomes.

4 CONFIGURAÇÃO DA ARQUIVOLOGIA BRASILEIRA HOJE

Os fatores apresentados na segunda seção deste trabalho – vinculação acadêmica e político-institucional da Arquivologia à Ciência da Informação, nas universidades e nas agências de fomento, respectivamente; titulação dos docentes dos cursos de graduação em Arquivologia em programas de pós-graduação de Ciência da Informação; e produção científica de temáticas arquivísticas nesses programas – trazem elementos históricos para a constituição do campo da informação no cenário brasileiro, conforme propusemos em nossa tese (MARQUES, 2011). Um campo científico (à luz de Bourdieu (2001) e profissional (ABBOT, 1988), espaço que abriga os movimentos das disciplinas que têm por objeto a gênese, organização, comunicação e disponibilização da informação, as quais, no cenário atual do país, correspondem à Arquivologia, à Biblioteconomia, à Museologia, à Documentação e, mais recentemente, à Ciência da Informação. Nessa perspectiva, as entendemos como disciplinas simultaneamente parceiras, cooperativas, conflitantes, que conjugam aspectos comuns e singulares em torno da informação e do documento, nos percursos de busca por autonomia (ainda que relativa).

A Arquivologia, enfoque do nosso estudo, tem o seu lugar nesse campo, conforme a sua lógica própria de funcionamento (como campo, subcampo, disciplina científica, a partir do que Bourdieu (2001) nos propõe sobre o campo científico como

espaço de hierarquização de interesses dos agentes em luta). Assim, visualizamos a identidade da Arquivologia brasileira pela convergência dos dispositivos institucionais que a perfazem: as instituições arquivísticas, com destaque para o Arquivo Nacional, criado em 1838; os cursos de formação de arquivistas, a partir de 1960; as associações profissionais, especialmente a AAB, pela amplitude e longevidade da sua atuação, que, criada em 1971 e extinta em 2015, organizou, por muitos anos, os Congressos Brasileiros de Arquivologia (CBAs) e publicou a revista *Arquivo & Administração* desde 1972; a legislação arquivística, com ênfase para a Lei de regulamentação das profissões de arquivista e de técnico em arquivo – Lei n. 6.546, de 4 de julho de 1978 (BRASIL, 1978); a Lei de Arquivos – Lei 8.159, de 8 de janeiro de 1991 (BRASIL, 1991) e a Lei de Acesso à Informação (LAI) – Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (BRASIL, 2011).

Face a esses dispositivos e ainda que a Arquivologia esteja como uma subárea da Ciência da Informação na TAC do CNPq, desde os anos 1980, refutamos tal subordinação e defendemos a sua autonomia científica, especialmente ao considerarmos a sua precedência histórica em relação à Ciência da Informação. Nesse sentido, lembramos que, segundo a literatura arquivística, a disciplina tem suas raízes no século 16. A Ciência da Informação, por sua vez, é anunciada como tal na década de 1950 (PINHEIRO, 2002).

O objeto da Ciência da Informação transita entre a informação e o seu tratamento, o seu fluxo, a sua recuperação e o seu acesso (BORKO, 1968). O objeto da Arquivologia, por sua vez, é representado pelo arquivo/documento de arquivo (SCHMIDT, 2012). Assim, não verificamos especialização na Ciência da Informação em relação à Arquivologia que pautasse a sua concepção como uma área que a abrigue como uma subárea, tal como aparece na TAC em vigor (CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, 1984).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que os especialistas franceses e norte-americanos que vieram ao Brasil não tenham tido contato direto entre si, há que se pensar na circulação de ideias entre os

Estados Unidos, a França e o Brasil, disseminadas no país a partir das suas visitas técnicas. Nesse sentido, a viagem de um arquivista francês aos Estados Unidos, em missão técnica, assim como de especialistas franceses da área, ao Brasil, certamente mediarão e difundirão o *records management* e suas (re)apropriações, que repercutirão nos movimentos de aproximação da Arquivologia à Ciência da Informação e na constituição do campo da informação.

O que colocamos em relevo é a necessidade de reflexões críticas sobre a naturalização e a banalização da informação como justificativa de possíveis relações interdisciplinares no campo supracitado e, mais do que isso, acerca de uma inserção forçada da Arquivologia à Ciência da Informação, como subordinada a esta.

Alertamos que as relações entre essas disciplinas refletem multifatores que as perpassam – históricos, epistemológicos, teóricos, políticos, sociais, simbólicos etc. – e não deveriam comprometer a sua identidade, mas reforçá-la. A circulação do conhecimento arquivístico é contínua e nos demanda posicionamentos críticos a fim de conhecermos as fronteiras da Arquivologia, seus intercâmbios e movimentos em torno da sua autonomia.

Por fim, defendemos que a informação, em seu sentido *lato*, seja elo; que a organicidade, essência dos arquivos, seja priorizada na identidade arquivística (do arquivista, da Arquivologia e dos arquivos) e que haja mais diálogos e menos subordinação.

REFERÊNCIAS

ABBOTT, Andrew. **The system of professions**: an essay on the division of expert labor. Chicago/Londres: Universidade de Chicago, 1988.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Ciência da Informação como campo integrador para as áreas de Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. **Informação & Informação**, Londrina, v. 15, n. 1, p. 173-189, jun./jul. 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/4744/5885>. Acesso em 6 mar. 2021.

BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE FRANCE. **Notice de personne** [Yves Pérotin]. Disponível em: <https://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb12865723v>. Acesso em: 6 mar. 2021.

BORKO, H. Information Science: what is it? **American Documentation**, v. 19, n. 1, p.3-5, 1968.

BOULLIER DE BRANCHE, Henri. **Relatório sobre o Arquivo Nacional do Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Ministerio da Justica; Arquivo Nacional, 1975.

BOURDIEU, Pierre. **Science de la science et réflexivité: Cours du Collège de France 2000-2001**. Paris: Raisons d’agir, 2001.

BRASIL. **Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978**. Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6546.htm>. Acesso em: 6 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm>. Acesso em: 6 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 11 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei n. 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm>. Acesso em: 6 mar. 2021.

BRITTO, Maria Teresa Salles Navarro de. **La formation universitaire en Archivistique au Brésil**. 1995. 167 f. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia e Ciência da Informação, Especialização em Arquivística) – Université de Montréal, Montreal, 1995.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. Classificação das áreas do conhecimento. **Cadernos de Informação em Ciência e Tecnologia 1**. Brasília: CNPq, 1978.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. **Áreas do conhecimento**: classificação. Brasília: CNPq, 1984.

DUCHEIN, Michel. Passado, presente e futuro do Arquivo Nacional do Brasil. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 91-97, jul./dez. 1988.

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 49-64, jan./jun. 1994.

FONSECA, Maria Odila Kahl. **Arquivologia e Ciência da Informação: (re)definição de marcos interdisciplinares**. 2004. 181 f. Tese (Doutorado em

Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

GOMES, Yuri Queiroz. **Processos de institucionalização do campo arquivístico no Brasil (1971-1978): entre a memória e a história**. 2011. 151 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila. As relações entre a Arquivística e a Ciência da Informação. **INFORMARE**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 41-50, jan./jun. 1995.

HEYNEMANN, Cláudia Beatriz. Arquivo Nacional: 170 anos. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 209-216, jan/jun 2009. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/110>. Acesso em 6 mar. 2021.

LE COADIC, Y.F. **A Ciência da Informação**. Trad. Maria Yêda F.S. de Filgueiras Gomes. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha. **Os espaços e os diálogos da formação e configuração da Arquivística como disciplina no Brasil**. 2007. 298 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha. **Interloquções entre a Arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil**. 2011. 399 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha. Arquivologia e Ciência da Informação: de mãos dadas?. **Informação & Sociedade** (UFPB. Online), João Pessoa, v. 26, p. 169-184, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/29303>. Acesso em: 6 mar. 2021.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha. Os arquivos e a arquivologia nas pesquisas dos programas de pós-graduação stricto sensu brasileiros (1972-2015). **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 31, p. 15-30, 2018a. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/954>. Acesso em: 6 mar. 2021.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha. **Entretien avec Michel Duchein par Angelica Marques**. 2018b. Disponível em http://www.chartes.psl.eu/sites/default/files/atoms/files/entretien_michel_duchein_version_finale.pdf. Acesso em: 6 de mar. 2021.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha. L'état de la recherche archivistique dans les masters et doctorats brésiliens (1972-2018). **La Gazette des archives**, v. 257, p. 121-136, 2020.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha. Henri Boullier de Branche e José Honório Rodrigues: dos Archives de Sarthe para o Arquivo Nacional. **Acervo: Revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v. 34, p. 68-84, 2021. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1599>. Acesso em 6 mar. 2021.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha; OLIVEIRA, Eliane Braga. Os saberes e fazeres na institucionalização da Arquivologia no Brasil: memória das contribuições francesas. In: **Mussi 2018: Médiations des savoirs: la mémoire dans la construction documentaire**, 2018, Lille. **Mussi 2018: Médiations des savoirs: la mémoire dans la construction documentaire**, 2018. p. 01-13. Disponível em: https://mussi2018.sciencesconf.org/data/07_BR.pdf. Acesso em: 6 mar. 2021.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha; RODRIGUES, Georgete Medleg; NOUGARET, Christine. Arquivos e Arquivologia na França e no Brasil: marcos históricos e contextos singulares. **Revista Brasileira de História** (online), São Paulo, v. 38, n. 78, p. 17-38, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0102-018820180002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 6 mar. 2021.

NATIONAL ARCHIVES. **Records of the National Archives and Records Administration**. 2020. Disponível em: <https://www.archives.gov/research/guide-fed-records/groups/064.html>. Acesso em: 6 mar. 2021.

PÉROTIN, Yves. L'administration et les trois âges des archives. **Seine et Paris**, Paris, n. 20, 1961, p. 1-4.

PÉROTIN, Yves. **Le records management et l'administration américaine des archives**: rapport de mission adressé à M. le Préfet de La Seine. Paris: Archives de la Seine et de la Ville de Paris, 1962.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. Campo interdisciplinar da Ciência da Informação: fronteiras remotas e recentes. In: _____ (Org.). **Ciência da Informação, Ciências Sociais e Interdisciplinaridade**. Brasília/Rio de Janeiro, IBICT/DDI/DEP, 1999, p. 155-182.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. Gênese da Ciência da Informação ou sinais anunciadores da nova era. In: AQUINO, Mirian de Albuquerque (Org.). **O campo da Ciência da Informação**: gênese, conexões e especificidades. João Pessoa: Editora Universitária, 2002, p. 61-86.

ROMANI, Jacqueline Pitangui. O Conselho Nacional de Pesquisas e Institucionalização da Pesquisa Científica no Brasil. In: SCHWARTZMAN, Simon

(Org.). **Universidades e instituições científicas no Rio de Janeiro**. Brasília: CNPq, 1982, 137-167.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. Tradução Nilza Teixeira Soares. 2ª tiragem. Rio de Janeiro: FGV, 1974.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. Problemas arquivísticos do governo brasileiro. **Acervo**: Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 287-300, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/issue/view/49>. Acesso em: 6 mar. 2021.

SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. **Arquivologia e a construção do seu objeto científico: concepções, trajetórias, contextualizações**. 2012. 320 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SILVA, Armando Malheiro da. et al. **Arquivística: teoria e prática de uma Ciência da Informação**. Porto: Afrontamento, 1999.

SILVA, Eliezer Pires. **Memória e discurso do movimento associativo na institucionalização do campo arquivístico no Brasil (1971-1978)**. 2013. 133 f. Tese (Doutorado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

SILVA, Júnia Guimarães e. **Socialização da informação arquivística: a viabilidade do enfoque participativo na transferência da informação**. 1996. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

SOUZA, Rosali Fernandez de. Áreas do conhecimento. **Data-GramaZero**: Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, 2004. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/44801>. Acesso em: 6 mar. 2021.

SOUZA, Rosali Fernandez de. **Tabelas de áreas do conhecimento: proposta de metodologia do trabalho de revisão**. [Rio de Janeiro]: 2005. (Fundo CNPq)

SOUZA, Rosali Fernandez de. Organização e representação de áreas do conhecimento em Ciência e Tecnologia: princípios de agregação em grandes áreas segundo diferentes contextos de produção e uso da informação. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, n. esp., 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2006v11nesp1p27>. Acesso em: 6 mar. 2021.

SOUZA, Rosali Fernandez de. A Ciência da Informação como área do conhecimento e de fomento no CNPq. In: Anais do Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa em Informação, 8., Salvador, 2008. **Anais...** Salvador, 2008.

SOUZA, Rosali Fernandez de; STUMPF, Ida Regina Chitto. Ciência da Informação como área do conhecimento: abordagem no contexto da pesquisa e da Pós-graduação no Brasil. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, n. especial, p. 41-58, 2009. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/901>. Acesso em: 6 mar. 2021.

Notas

¹ Universidade de Brasília (UnB), Brasília/DF, Brasil.

² Esta situação ocorre nos cursos da Universidade de Brasília (UnB), da Universidade Estadual de Londrina (UEL), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), da Universidade Estadual Paulista (UNESP), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), da Fundação Universidade do Rio Grande (FURG), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

³ Yves Pérotin (1922-1981) foi um arquivista-paleógrafo (1948), teórico da Arquivologia (BIBLIOTHÈQUE NATIONALE DE FRANCE, 2021).

⁴ NATIONAL ARCHIVES AND RECORDS SERVICE. General Services Administration. *Glossary of records terminology*, 1956.

⁵ Boullier de Branche era *conservateur des archives* do *Ministère de l'Europe et des affaires étrangères* (MAE), lotado nos *Archives Départementales de la Sarthe* (Le Mans) (MARQUES, 2021).

⁶ *Conservateur en chef de la Direction des Archives de France* (1956-1978) e *Inspecteur général des Archives de France* (a partir de 1978) (MARQUES; OLIVEIRA, 2018).